



**AgEcon** SEARCH  
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

*The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library*

**This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.**

**Help ensure our sustainability.**

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

[aesearch@umn.edu](mailto:aesearch@umn.edu)

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



**SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA, ESTADO E SOCIEDADE CIVIL:  
AÇÕES PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**

**LUCIANA ROSA DE SOUZA;**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**UBERLÂNDIA - MG - BRASIL**

**LUROSA3@HOTMAIL.COM**

**APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR**

**SOCIOECONOMIA SOLIDARIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA, ESTADO E SOCIEDADE CIVIL:  
AÇÕES PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA<sup>1</sup>**

**Área Temática: 13 - Socioeconomia solidária e Desenvolvimento Local.**

**Forma de Apresentação: - Apresentação com presidente da sessão e sem a presença de debatedor**

**Luciana Rosa de Souza**

**CPF: 282759318-19**

Universidade Federal de Uberlândia

Aluna do Mestrado em Economia

Rua Maria das Dores Dias, 941 ap. 401 – CEP: 38408-206 / Uberlândia /MG

lucianarsz@yahoo.com.br

---

<sup>1</sup> Este artigo foi baseado no trabalho de conclusão de curso escrito pela autora e orientado pela Profa. Dra. Arlete Maria da Silva Alves, na Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia, no ano de 2002.

Fortaleza, 23 a 27 de Julho de 2006

Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural

## TRABALHO RESULTANTE DE MONOGRAFIA

**Resumo:** O Objetivo deste artigo é apresentar a importância da participação da sociedade civil na busca pela geração de postos de trabalhos, tendo em vista novas concepções acerca do desenvolvimento. Ressalta-se, no contexto destas novas concepções de desenvolvimento, a economia solidária como uma alternativa para gerar emprego e renda e, principalmente, para reduzir a exclusão social. Especificamente espera-se apresentar a potencialidade dos projetos de geração renda propostos pela economia solidária como uma alternativa para diminuir o desemprego e exclusão social, ao mesmo tempo buscou-se apresentar as limitações presentes nestas propostas.

### INTRODUÇÃO

O momento atual recoloca a questão da geração de postos de trabalho como ponto principal de discussões tanto para países em desenvolvimento quanto para os já desenvolvidos. O caso brasileiro, neste sentido, é ímpar pelo fato de neste país o desemprego coexistir com um processo de “*apartação social*”<sup>2</sup> - processo social que exclui parte significativa da população dos direitos de cidadania, dos mercados de produção, consumo e de serviços essenciais. Desta forma, a geração de postos de trabalho no Brasil deve ser pensada tendo em vista uma sociedade estabelecida sob a desigualdade social, em que a distribuição da posse de ativos se faz necessária e urgente.

A busca por gerar emprego e renda neste país prescinde muito mais que políticas de indução ao crescimento econômico. Vislumbra-se a essencialidade do crescimento econômico, no entanto, argumenta-se que este sozinho se torna incapaz de redistribuir a renda e destruir os mecanismos que geram “*apartação social*”<sup>3</sup>. Logo, acredita-se que apenas o

---

<sup>2</sup> Este termo foi utilizado primeiramente por Cristovam Buarque.

<sup>3</sup> Para confirmar em dados esta afirmação Salama, Pierre (junho/2002 – Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política) realizou estudos econométricos que buscavam avaliar o impacto do crescimento sobre a

crescimento econômico é incapaz de responder às necessidades socioeconômicas requeridas pela sociedade brasileira para diminuir a exclusão social. O discurso que defendeu o crescimento econômico no Brasil, muitas vezes deixou de questionar as possibilidades que este crescimento abria ao desenvolvimento socioeconômico baseado na justiça social. O suposto do qual partimos para o estudo das formas alternativas para gerar emprego e renda é aquele que vislumbra os problemas no mercado de trabalho (ampliação da informalidade e precarização das relações trabalhistas), em países como o Brasil, como sendo os principais responsáveis pelos gargalos que conservam o país na condição de subdesenvolvimento<sup>4</sup>.

A atualidade aponta para a importância de processos participativos e democráticos tanto para a geração de emprego e renda como para alterar a forma de sobrevivência da sociedade, de modo a criar meios de vida que primem pelo equilíbrio ambiental e cooperação. Acredita-se em novas concepções acerca do desenvolvimento, em que os conceitos equidade social, preservação ambiental e economia possam ser pensados em harmonia. Experiências como as vivenciadas por alguns atores da sociedade civil, têm contribuído para a reestruturação dos debates acerca da geração de emprego e renda.

O Objetivo deste artigo é apresentar a relevância da participação da sociedade civil na busca pela geração de postos de trabalhos, tendo em vista novas concepções acerca do

desenvolvimento. Ressalta-se, no contexto destas novas concepções de desenvolvimento, a economia solidária como uma alternativa para gerar emprego e renda e, principalmente, para reduzir a exclusão social. Especificamente espera-se com o estudo apresentar a potencialidade dos projetos de geração de renda propostos pela economia solidária como uma alternativa para diminuir o desemprego e exclusão social

A metodologia utilizada baseou-se na pesquisa bibliográfica principalmente a leitura crítica da Revista Proposta, entre outros artigos e livros escritos sobre o assunto. Foi feito contato via internet com a coordenadora do Programa de Geração de Emprego e Renda da FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – a qual facilitou contatos com alguns coordenadores de programas locais (no âmbito da geração de renda) como Uruçuca e Coaraci/BA e Fortaleza/CE. Dois coordenadores locais de programas de geração de emprego e renda enviaram via internet: um relatório que apresentava os resultados referentes ao ano de 2001 das realizações do Banco de Palmas (Fortaleza/CE), e, uma dissertação sobre o estudo de caso - O caso PROGER (Projeto de Geração de Emprego e Renda) em Uruçuca e Coaraci/BA. Os dados serão apresentados através da análise dos números que cada experiência gerou, sendo que, serão mais relevantes os apontamentos que cada experiência<sup>5</sup> gerou para o Estado no tema geração de emprego e renda. A análise dos dados não irá se ater apenas à geração de emprego e renda, mas, aos movimentos de ações sociais direcionados para a prática dos direitos de cidadania e da economia solidária como meio de responder à falta de empregos e queda na renda dos trabalhadores observadas na sociedade brasileira.

O artigo será estruturado em três tópicos, além da introdução e das considerações finais, o primeiro apresenta a importância e as dificuldades de se gerar renda na contemporaneidade. No segundo serão estudadas duas experiências de geração de emprego e renda. A primeira apresenta a importância da participação da sociedade organizada no apoio

---

distribuição da renda, e, foi constatado que apesar do crescimento levar a uma melhoria nos níveis de vida da população, ele é insignificante no que concerne à distribuição da renda.

<sup>4</sup> Coutrot, 199, segundo o autor subdesenvolvimento seria resultado da penetração incompleta das forças capitalistas, o que seria caracterizado pela heterogeneidade social e a presença da informalidade no mercado de trabalho.

<sup>5</sup> Esta afirmativa baseia-se em mensagem enviada a aluna (no ano de 2002) pelo Prof. Paul Singer, na qual o prof. relata a não existência de uma base de dados para mensurar os projetos de economia solidária no país.

às políticas estatais para geração de emprego e renda - O Caso PROGER em Uruçuca e Coaraci/BA. A segunda experiência estudada “O Projeto Palmas do Ceará”, desenvolveu-se em um bairro suburbano da cidade de Fortaleza que possuía altos índices de desemprego e um quadro social muito ruim. No terceiro tópico será feita uma reflexão sobre a relevância da economia solidária e participação da sociedade civil tanto na geração de emprego e renda como para uma perspectiva de uma outra proposta para o desenvolvimento socioeconômico no país.

## **1. A PROBLEMÁTICA DA GERAÇÃO DE EMPREGO NA ATUALIDADE**

O desemprego e seus desdobramentos sociais têm surgido como parte importante da agenda de pesquisa de muitos estudiosos da sociedade. No caso brasileiro há uma série de análises sobre o fenômeno, mas poucas delas conseguem abordar um ponto essencial do problema. O sistema capitalista no Brasil foi estruturado sob capitais internacionais oligopolizados, em que se observou (e ainda se observa), um processo de fusões e aquisições que contribuiu para oligopolizar (se não monopolizar) ainda mais o sistema, de tal maneira que muitas das corporações capitalistas têm exercido influência inclusive sobre as políticas estatais. A respeito do Brasil, SALAMA (2002, p. 90) afirma que “é por isso que as formas de assalariamento carregam as marcas, ali mais do que em outros lugares, das formas de dominação pessoal. Longe de se tornarem anônimas, as relações de produção se caracterizam por favores e o salário não será somente uma troca de *valor*, mas também e, sobretudo, uma troca de *favor*”.

Paralelo a este emponderamento dos oligopólios e monopólios assiste-se a um processo de perda de centralidade do trabalho, uma vez que o trabalho é uma variável subordinada dentro do processo de acumulação capitalista (POCHMAN, 1999), já que sua existência está intrinsecamente ligada à decisão de investir tomada pelo capitalista. Observando a frágil existência do ente social trabalho, e a presença de movimentos que conduzem à centralização da riqueza/poder no capitalismo atual, podemos sustentar que a geração de emprego e renda no Brasil insere-se em uma problemática bastante complexa. A superação desta problemática é imprescindível para que nossa sociedade avance no sentido de desenvolvimento socioeconômico baseado na universalização de direitos sociais e na inversão dos valores sobre os quais a sociedade atual se alicerçou. Como afirmou COUTROT (1991) o avanço na direção da superação da condição de subdesenvolvimento está intrinsecamente ligado ao avanço da homogeneização social.

Ressalva seja feita que o fenômeno do desemprego não ficou restrito ao Brasil, mas expandiu-se pelo Mundo, por exemplo, em países como Alemanha, Canadá, EUA, França, Japão, Inglaterra e Itália o número de desempregados (em todos estes países citados) evoluiu de 7,5 milhões de pessoas desempregadas em 1959 para 21,9 milhões em 1993 (POCHMAN, 1999 p. 522), o que corresponde a uma evolução na taxa de desemprego de 34% em 34 anos. Nos países em desenvolvimento esta tendência é bem mais preocupante já que muitos destes tiveram sua evolução social calcada na desigualdade. Segundo pesquisa do Dieese/Seade (ODA, 2000 p.96) na região da Grande São Paulo, a taxa média de desemprego subiu de 8% na década de 1980 para aproximadamente 20% na década de 1990, correspondendo a uma variação de 12% em 10 anos.

O desemprego apresenta-se como um problema que afeta as nações de modo diferenciado. Pois, alguns países avançados contam com um arcabouço social de apoio e amparo aos desempregados, entre outras heranças do Welfare State, o qual permite que a exclusão social causada pela perda de postos de trabalho seja minorada. Este é um fato não

observado no Brasil, onde direitos básicos de cidadania como acesso à saúde, educação, ainda não foram universalizados. Podemos considerar que a crise é mundial, entretanto, seus impactos negativos afetam de maneira diversa os diferentes países, principalmente, devido às peculiaridades vivenciadas por estes em seus processos de desenvolvimento. Sendo que as nações de industrialização retardatária sofrem as conseqüências da crise mais veementemente, o que faculta a permanência do estilo de desenvolvimento adotado até o presente, de modo a que permaneça existindo o modelo Centro x Periferia (ALVES & SOUZA, 2001).

No Brasil, as prerrogativas neoliberais e a reestruturação produtiva, praticadas desde início da década de 1990, inserem-se em um capitalismo altamente concentrador. Já que este país consolidou parte de sua industrialização quando as nações centrais já estavam saindo do paradigma fordista<sup>6</sup> de produção e entrando no paradigma pós-fordista<sup>7</sup>, enquanto o país mal conseguira consolidar sua economia sob o paradigma fordista de gestão da produção. Conforme coloca MELLO (1992, p. 59):

Levamos cem anos, de 1830 a 1930, para imitar a inovação fundamental da Primeira Revolução Industrial, o setor têxtil. E noventa anos, de 1890 a 1980, para copiar os avanços da Segunda Revolução Industrial. Quando tudo dava impressão de estarmos prestes a entrar no Primeiro Mundo, eclodiu a Terceira Revolução Industrial.

A sociedade brasileira insere-se em um panorama de atraso tecnológico perante os países desenvolvidos e de um capitalismo altamente concentrador em que há presença de uma estrutura social excludente. O principal desafio que a sociedade brasileira enfrenta é solucionar os problemas históricos de exclusão social e de um processo de desenvolvimento débil. Entretanto, em face ao ‘*emponderamento*’ das elites e burocracias do país dentro dos aparelhos de poder estatais, a luta por diminuir a exclusão social faz-se complexa. Conforme nos afirma HUGON (apud BARCELLOS & BELTRÃO, 2000 p. 166) “o pressuposto da aceleração do crescimento a partir do apoio aos processos de industrialização resultou em pouco mais que a mera reprodução e aperfeiçoamento dos mecanismos de apropriação destes recursos por oligarquias, elites e burocracias”. Esta afirmação mostra-nos a necessidade de adoção de um outro modelo de desenvolvimento para o país em que haja justiça social. Modelo que contribua para um processo de desenvolvimento que seja capaz de superar a estrutura atual de funcionamento dos sistemas político, econômico e social no Brasil..

A afirmação traz a noção dos problemas que a crise contemporânea pode gerar para as populações mais marginalizadas da sociedade brasileira. De acordo com dados apontados por SALAMA (2002, p. 111) a pobreza no país em 1999 era equivalente a 34,95 % da população, o que em número de pessoas corresponde a 54,44 milhões. Faz-se necessária a inversão de valores no âmbito do direcionamento dos recursos estatais de modo a que se priorize a inclusão social destas 54 milhões de pessoas, mas, defende-se que esta inclusão social deve primar pelo direito de cidadania e por práticas democráticas e participativas. Defende-se que a geração de emprego e renda inserida em uma nova perspectiva social capaz de criar novos hábitos nas pessoas é um meio de transposição deste quadro social crônico. Para tal há que se ter um Estado configurado de forma a permitir uma maior participação da sociedade no direcionamento das políticas públicas.

Importante não desconsiderar que o movimento internacional “que correlacionou reestruturação produtiva, terceirização, globalização dos mercados e redefinição do papel dos

<sup>6</sup> Modelo de Produção em massa que prevaleceu no Mundo durante as décadas de 1940 até 1970 (aproximadamente). E que coexistiu com o arcabouço teórico no plano político-econômico do Keynesianismo.

<sup>7</sup> Modo de Produção flexível que prevalece em alguns países do Mundo desde meados da década de 1970. Está coexistindo com um arcabouço teórico no âmbito político-econômico do Neoliberalismo, ou Estado Mínimo.



Estados nacionais nas questões econômicas” (LEITE, 1999 p. 7) contribuiu (e ainda contribui) para tornar mais aguda a crise socioeconômica brasileira. Este movimento internacional influenciou negativamente uma nação, como a brasileira, atrasada tecnologicamente e que ainda não havia vencido os gargalos que a prendiam a uma condição de subdesenvolvimento. A ação social neste contexto faz-se de grande importância já que os problemas históricos do país permitem a geração e reprodução de mecanismos que causam ‘apartação social’.

Em face de um cenário mundial onde as crises social, econômica e ecológica ganham espaço, a redução das assimetrias de desenvolvimento entre os países e da pobreza e miséria entre e inter-nações, passa “necessariamente pela capacidade dos países em desenvolvimento gerarem renda e sustentarem taxas de crescimento acima da média mundial por um longo período de tempo” (PRADO, 1993 p. 439), além da criação no interior destes países de mecanismos para diminuir as desigualdades sociais. A contemporaneidade traz grandes dificuldades para os países em desenvolvimento obterem crescimento econômico, já que a estrutura de funcionamento da economia prioriza as valorizações financeiras oferecendo fortes empecilhos ao desenvolvimento das nações atrasadas.

Entretanto, não se pode desconsiderar o fato de que a globalização e a ‘nova’ Revolução Industrial implicaram na impossibilidade das economias nacionais sobreviverem independentes da economia mundial (ibidem, p.439). Portanto, a crise mundial transubstanciou-se em crise nacional. Por isso, modelos de desenvolvimento que propõe uma ‘solução única’ para todos os países apresentam-se como uma simplificação grosseira da realidade, sendo incapazes de solucionar os problemas de países como o Brasil. O inter-relacionamento Mundo - Estados Nacionais no desenvolvimento levou à necessidade de alternativas que considerem as peculiaridades de países e regiões.

Já que o pensamento único apregoado pelo neoliberalismo não mais encontra lugar para se sustentar teoricamente, uma vez que a riqueza dos países desenvolvidos não poderá ser generalizada porque “baseia-se em processos relacionais de exploração e de exclusão que pressupõem a privação relativa continuamente reproduzida da maioria da população mundial” (DURÃO, 2001 p.2). Resta ao Brasil buscar alternativas à “via única”, já que esta se mostrou incapaz de eliminar a desigualdade e a miséria no país. Uma outra questão importante é o fato de que países que se mantiveram distantes dos preceitos do Consenso de Washington (como Índia e China) terem crescido de forma sustentada nos anos 90, enquanto os países da América Latina que seguiram o ‘receituário’ do Fundo Monetário Internacional (FMI) terem assistido a duas décadas perdidas<sup>8</sup> em termos de crescimento econômico (DURÃO, 2001 p. 3), o que gerou ainda mais desemprego e conseqüentemente exclusão social nestas nações.

Esta constatação deixa-nos a clareza da necessidade, para o país, em se apegar às novas concepções de desenvolvimento, que busquem aliar equidade social, equilíbrio ambiental e desenvolvimento econômico. Visto que, o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil principalmente nos últimos dez anos, contribuiu para que fosse agudizada a informalidade e heterogeneidade social (COUTROT, 1991), ampliando os gargalos que prendem a economia brasileira ao subdesenvolvimento. Novas concepções acerca do desenvolvimento surgiram, e no geral, trouxeram um papel importante para as ações da sociedade civil, a qual estaria envolvida no compartilhamento com o Estado e Mercado das políticas para a promoção do desenvolvimento. De tal forma que fosse promovida uma inversão de prioridades de modo a se obter um quadro político e institucional que priorizasse as questões sociais em detrimento das econômicas. No próximo sub-tópico será analisada a economia solidária, que se insere nestas novas concepções acerca do desenvolvimento, como uma alternativa para gerar emprego e renda, minimizando a exclusão social.

<sup>8</sup> A afirmação se refere às décadas de 1980 e 1990.

## **1.1 - ECONOMIA SOLIDÁRIA E A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**

De acordo com SINGER (2001, p.53) entende-se por economia solidária a “ formação de cooperativas de produtores e/ou trabalhadores, as quais passam a praticar a cooperação e a solidariedade entre os membros como meio de obter uma melhoria no poder de negociação dos produtores/trabalhadores frente aos mercados”, sendo que a economia solidária estabelece-se sob processos participativos baseados na democracia. A proposta solidária apresenta-se assim, como uma forma de organização social que surge em meio à crise capitalista, mas, pode trazer elementos para minorá-la. Isso porque a socioeconomia está baseada em processos democráticos e cooperativos que, no longo prazo, tendem a alterar os hábitos das pessoas, o que seria um fomento importante na mudança do funcionamento dos sistemas políticos, econômicos e sociais presentes na sociedade brasileira contemporânea.

Ressalva seja feita que a economia popular ou solidária teve um impulso importante para ressurgir após a ampliação da informalidade no mercado de trabalho e da precarização nas relações trabalhistas, sendo difícil delimitar o início da informalidade e o da economia solidária. Observa-se também que a socioeconomia solidária partiu de uma ação local, nestes termos, podemos considerá-la como um movimento a mais para corroborar com as iniciativas que visam promover o desenvolvimento local. Desenvolvimento Local pode ser caracterizado de acordo com FRANCO (2000, p. 35) “como uma metodologia, *lato sensu*, que visa promover o desenvolvimento de unidades socioterritoriais por meio de um conjunto de práticas”, estas práticas se estruturariam sob a igualdade de resultados, a homogeneidade social e a democracia entre os participantes dos projetos de cunho local.

Historicamente a economia solidária ou socioeconomia reapareceu no Brasil após as recessões da década de 1980, quando muitas empresas nacionais faliram. Começaram a surgir movimentos por parte dos trabalhadores para “gerir” as empresas falidas, o intuito dos empreendimentos autogestionários<sup>9</sup> era manter os postos de trabalho. Segundo SINGER (2000, p.13) “a economia solidária é uma criação em um processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas, o acompanha como uma sombra, em toda sua evolução”, por isso se afirma que a economia solidária ressurgiu no Brasil. Por este caráter de contestação a socioeconomia teve sua existência vinculada ao avanço das forças capitalistas, desde a Primeira Revolução Industrial até a atualidade quando se fala em Terceira Revolução Industrial. Entretanto, no quadro atual em que alguns autores afirmam a ocorrência da perda de centralidade do trabalho no sistema, a economia solidária vestiu-se de maior vulto e importância, já que se vislumbra uma maior necessidade para os trabalhadores de lutar contra o sistema capitalista.

Os empreendimentos autogestionários foram um dos primeiros movimentos por parte dos trabalhadores como meio de reagir aos processos de exclusão criados pelo próprio capitalismo (NAKANO apud SINGER, 1998). Pode-se afirmar que em um primeiro momento a crise significou a união de trabalhadores para gerir empresas falidas ou em processo de falência. No entanto, estes movimentos de autogestão enfraqueceram quando a crise se acentuou em meados da década de 1990, e o país passou a vivenciar a exacerbação da informalidade. Segundo dados do IBGE (MAGALHÃES & TODESCHINI, 2000 p.143) em 1997 havia no país 12.870.421 pessoas atuando no mercado informal, o que correspondia a 60,8% do total de empregados do setor formal. A informalidade foi radicalizada em função de uma recessão econômica que vinha acompanhada por processos hiperinflacionários desde os anos 1980, e que foi potencializada, quando o plano de estabilização (Plano Real) ampliou a abertura comercial aliada à sobrevalorização cambial, o que levou ao enfraquecimento das empresas nacionais tanto para competir externamente (devido ao câmbio sobrevalorizado)

<sup>9</sup> Trabalhadores gerindo as empresas falidas.



quanto à perda de mercado interno devido à abertura comercial. Os movimentos de sobrevalorização da taxa de câmbio em consonância com um ambiente de abertura comercial levaram a que o Brasil vivesse uma crise em suas indústrias jamais assistida. Alguns autores como TAVARES (1998) e SOUZA (2000) chegam a afirmar que o Brasil viveu um período de *desindustrialização*. De acordo com TAVARES (1998, p. 110) “o desemprego industrial, bancário e do setor público jogou mais de três milhões de pessoas nos mal chamados ‘mercados informais’”. Em suma, os movimentos macroeconômicos assistidos pela economia brasileira levaram a um processo de ampliação do número de pessoas vivendo na informalidade, corroborando para a permanência e exacerbação da heterogeneidade social e exclusão no país.

Considera-se que a informalidade facultou o fortalecimento das bases para a economia solidária. Os próprios desempregados marginalizados pelo mercado formal se uniram para criar empreendimentos comunitários baseados na cooperação e solidariedade. Conforme SOUZA (2000, p. 255) grande parte do desenvolvimento da economia solidária no Brasil decorreu do apoio dado pelo Terceiro Setor<sup>10</sup> aos empreendimentos solidários. Sendo que estes empreendimentos comunitários tiveram pouco apoio por parte das políticas públicas para gerar emprego e renda, e contaram em sua maioria com o auxílio dado pelas instituições do Terceiro Setor. Enquanto as políticas públicas ficavam muito presas a ações compensatórias como renda mínima e bolsa escola (SOUZA, 2000 p.246), as quais se caracterizam apenas como um paliativo ao grande problema da exclusão social, mas, não apresentam condições de minimizá-lo no longo prazo.

Argumenta-se a importância do Estado em adotar uma atitude mais ativa no que concerne à políticas de geração de emprego e renda. Nestes termos, a participação conjunta dos atores sociais presentes no Terceiro Setor assim como os sindicatos e as universidades, com o Estado delinear um novo contorno às políticas públicas para gerar emprego e renda mais próximos às necessidades da população brasileira marginalizada. A posição teórica adotada neste estudo partilha da noção de que o problema do desemprego no Brasil está relacionado a problemas estruturais, vislumbrando a essencialidade de mudanças no direcionamento das políticas macroeconômicas como meio de possibilitar a efetividade das políticas públicas para gerar emprego e renda.

Sendo que isso não implica em retirada do Estado de sua função perante a sociedade, apenas abre espaço para que a sociedade coopere com o Estado na geração de emprego e renda para populações excluídas. Para que este movimento gere efeitos positivos à sociedade brasileira faz-se necessária a adoção de políticas macroeconômicas que permitam alcançar o crescimento econômico sustentado, sendo imprescindível que as políticas para gerar emprego e renda sejam capazes de erradicar os mecanismos (como a má distribuição da renda, desestruturação do mercado de trabalho) que geram ‘apartação social’ no mercado de trabalho e na sociedade brasileira (GUIMARÃES, 1998).

Não há defesa de uma retirada do Estado da economia, simplesmente se contesta a estruturação política vivida pela sociedade brasileira até o presente, uma vez que esta estrutura já se mostrou incapaz de minimizar problemas de desenvolvimento que o país apresenta. Assiste-se o crescimento de uma sociedade civil ativa e organizada, que implica na ampliação de um “novo espaço público não-estatal, exercendo, destarte uma influência transformadora nas mentalidades ao colocar a necessidade estratégica de um novo arranjo institucional no qual as políticas públicas deixem de ser consideradas quer como monopólio

---

<sup>10</sup> São ações sociais por parte de atores da sociedade civil, que buscam ampliar a inclusão social e o conceito de cidadania e defendem também o desenvolvimento ecologicamente sustentável. Segundo Souza (2000) o terceiro setor não se caracteriza pela autogestão dos empreendimentos pelos trabalhadores, afirmação utilizada para diferenciar terceiro setor de economia solidária.

quer como intervenção indevida do estado e passem a ser compartilhadas pela sociedade” (FRANCO,1997 p.465).

Defende-se neste artigo que para minorar a informalidade é preciso adotar programas para gerar renda que sejam capazes de incluir, via micros e pequenos empreendimentos, os excluídos do mercado de trabalho, especialmente aos excluídos mais fragilizados socialmente. Neste aspecto, a economia solidária surge como uma possibilidade para minorar os problemas no mercado de trabalho brasileiro, mas, sua peculiaridade segundo SINGER (2001 p.51), é o fato desta possuir especificidade que lhe “abre a perspectiva de superação da condição de mero paliativo contra o desemprego e a exclusão”.

Nestes termos aponta-se que a socioeconomia apresenta-se como uma estratégia importante para se avançar na construção de uma nova estrutura para o mercado de trabalho brasileiro, isto porque, a proposta solidária além de se sustentar sob pequenos empreendimentos, contrariando o caráter oligopólico do capitalismo brasileiro, baseia-se na cooperação e solidariedade, opondo-se à competição e individualismo excessivos presentes no modelo de desenvolvimento do país atualmente. No próximo tópico vão ser analisadas duas experiências de geração de emprego e renda.

## **2. GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA: APRESENTAÇÃO DE DUAS EXPERIÊNCIAS**

A geração de emprego e renda foi (é) essencial na sociedade brasileira, pois permitiu que no período de crise social e econômica vivenciada por esta sociedade fossem gestadas alternativas com intuito de gerar renda. Dentre as alternativas encontra-se a economia solidária, a qual visa atingir uma evolução social para as populações marginalizadas da sociedade. Segundo DEBACCO & TAUILLE (2001, p.1) a economia solidária seria caracterizada por “um conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna, que remunera o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital”. Tal definição permite-nos deduzir que a economia popular solidária é muito mais que uma alternativa para reduzir o desemprego e a exclusão social, a economia popular solidária é um segmento produtivo e um movimento social (TAUILLE, 2002). Segundo o documento Resistir e Construir escrito durante o 2º Encontro Internacional sobre Globalização e Solidariedade:

A economia solidária apóia-se na cooperação, divisão e ação coletiva. Ela coloca a pessoa humana no centro do desenvolvimento econômico, político e social, ao mesmo tempo, repousa em um projeto que conduz a uma nova maneira de fazer política e de estabelecer as relações humanas baseadas no consenso e na forma de agir do cidadão.

Busca-se com o estudo das experiências apresentadas neste artigo, reforçar a importância das ações da sociedade civil para gerar emprego e renda via propostas coletivas. Nestes termos a economia solidária desponta como um suporte teórico a mais para se criar meios de promoção do desenvolvimento local, uma vez que segundo GONZÁLEZ (1998 p.6) desenvolvimento local é um “processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, a uma nova dinâmica de integração socioeconômica de reconstrução do tecido social, de geração de oportunidades de trabalho e renda”. Vislumbra-se a proposta solidária como uma das práticas que podem ser utilizadas para viabilizar o desenvolvimento local, de modo a considerar as peculiaridades de cada região ou comunidade, tendendo a facilitar o avanço do desenvolvimento nos níveis locais/nacionais.

O surgimento de propostas solidárias em algumas regiões permite-nos asseverar que

algumas comunidades contam com algo que as diferencia de outras, este diferencial deve ser potencializado, para se alcançar a evolução humana e social destes *locus*. A princípio estas sociedades que contam com *capital social*<sup>11</sup> apresentam maior facilidade para a promoção do desenvolvimento local. As comunidades que não contam com *capital social* precisam de apoio para construí-lo. As duas experiências estudadas apresentam comunidades que se diferenciaram das demais justamente por possuírem *capital social* criativo que foi capaz de iniciar modificações nas condições de desemprego e exclusão social, é o que foi percebido na análise comparativa dos impactos do PROGER em Uruçuca e Coaraci/BA. O estudo do Projeto Palmas do Ceará apresentou a promoção de uma proposta inovadora de desenvolvimento baseada em microcréditos.

## 2.1 – O CASO PROGER EM URUÇUCA E COARACI - BA<sup>12</sup>

O estudo de Caso do PROGER em Uruçuca e Coaraci mostrou-se relevante porque o PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda, lançado no Brasil em 1994 por iniciativa do Conselho Deliberativo de Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT - previa a abertura para a participação da sociedade civil nos espaços de gestão compartilhada<sup>13</sup> (DEMETER, 2001 p.54). O projeto possuía diretrizes para permitir a descentralização e gestão dos recursos financeiros. Por possuir estas características e por incluir em seus objetivos a concessão de linhas especiais de crédito para pessoas que não tinham (ou tinham pouco) acesso a financiamentos, priorizando associações e cooperativas, micro e pequenas empresas, o PROGER apresentou-se como um programa público para gerar renda interessante de ser estudado na tentativa de entender as demandas da economia solidária para as políticas públicas de geração de renda.

Escolheu-se para estudo duas cidades da região sul da Bahia - onde prevaleceu por muito tempo a monocultura do cacau - por acreditar-se que as características sociais, políticas e econômicas destas cidades aproximam-se das características médias da maioria das cidades brasileiras sendo, portanto, um estudo de caso relevante. Paulo Roberto Deméter - fonte de dados sobre a experiência - partiu da análise da crise vivenciada, a partir de 1995, pela monocultura do cacau, quando a queda nas cotações do preço desta *commoditie* no mercado internacional resultou em retirada dos investimentos do setor, o que gerou desemprego.

Nesta região o desenvolvimento agrário se deu baseado na “Modernização Conservadora”<sup>14</sup>, o que nos leva a entender que a economia da região estruturava-se sob a monocultura do cacau, a qual estava em poder de alguns oligarcas. Pode-se asseverar que a crise do setor cacauzeiro foi sentida sobremaneira pelas populações rurais que sobreviviam da cultura do cacau, as quais eram em sua maioria analfabetas e com poucas condições para concorrer no mercado de trabalho mais especializado (ibidem, 2001).

Conforme afirma DEMETER, 2001 (p. 37), “a tendência observada é de que quanto mais pobres e dasassistidas as pessoas, maiores são as chances de encontrá-las em uma

<sup>11</sup> Segundo Franco (2001) capital social seria a reprodução social em escala ampliada da cooperação. Mas na perspectiva expressa acima pode ser entendido como o que diferencia uma comunidade em termos de desenvolvimento socioeconômico em comparação com outra, o por quê de uma comunidade ser desenvolvida e outra não.

<sup>12</sup> Este estudo contou com o apoio do Sr. Paulo Roberto Demeter - FASE Itabuna, que enviou sua dissertação de mestrado.

<sup>13</sup> Estes espaços poderiam ser tanto as Comissões Estaduais e Municipais de Emprego, ou de Trabalho, com composição tripartite e partidária de representantes governamentais, empresariais e trabalhadores.

<sup>14</sup> Segundo DEMETER (2001, p. 10) o desenvolvimento agrícola da região foi “socialmente injusto, uma vez que os recursos públicos foram apropriados privadamente”. Este foi um movimento assistido no Brasil, quando o Estado passou a patrocinar o avanço tecnológico na agricultura o que culminou com a apropriação privada da terra e dos recursos estatais direcionados para o avanço tecnológico.

situação de desorganização social e política”. Nestes termos era de se esperar que as pessoas pertencentes ao sistema de produção do cacau estivessem em uma situação de baixo nível de organização social. De fato, este foi *lugar-comum* para a cidade de Uruçuca, a qual mostrou-se pouco organizada socialmente no que se refere à demanda pelos recursos do PROGER. O programa não definiu municípios prioritários, apenas exigiu o cumprimento das questões burocráticas dos espaços de gestão compartilhada como a Comissão Municipal Tripartite e Paritária de Emprego (C.M.T.P.E.), a Comissão Estadual Tripartite e Paritária de Emprego (C.E.T.P.E.) e os Comitês Municipais do PROGER (DEMETER, 2001 p.58), ou seja, o PROGER analisava o número de reuniões do C.M.T.P.E., levantando quantas propostas de financiamento foram apresentadas. Entretanto para que as Comissões e os Comitês funcionassem com qualidade era preciso a presença de uma sociedade civil organizada nos municípios. Foi feita uma investigação por DEMETER das entidades efetivamente vinculadas aos setores sociais mais próximos das necessidades de amparo da política pública de emprego e renda, esta investigação foi importante para buscar apreender as razões de algumas cidades terem obtido maiores recursos do PROGER que outras.

O resgate histórico do PROGER em Coaraci<sup>15</sup> mostrou um “maior envolvimento da comunidade com o programa” (DEMETER, 2001 p.59) o que contribuiu para a criação de um clima favorável à circulação de informações acerca das características e condições de acesso do PROGER. Portanto, Coaraci mostrou-se como uma exceção à regra e apresentou um bom nível de organização social tendo uma importância maior na demanda dos recursos do PROGER. A política pública para emprego chegou em Uruçuca em 1997 dois anos após ter chegado a Coaraci. Isto ocorreu porque Uruçuca não contava com a existência prévia de atores sociais para pensar e criar proposições alternativas para gerar emprego e renda<sup>16</sup>. Abaixo será apresentado um quadro mostrando as características sócio-econômicas de Coaraci e Uruçuca.

Quadro Comparativo de Indicadores Sócio-econômicos de Coaraci e Uruçuca/BA.

<b>Indicadores Sócio-econômicos</b>	<b>Coaraci</b>	<b>Uruçuca</b>
Área em Km <sup>2</sup>	261	440
Tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários	50 ha.	55 há.
PIB municipal (1996) em Reais dividido pelo número de habitantes.	R\$ 934,16	R\$ 901,99
Receitas Tributárias estaduais per capita (1997)	R\$ 8,11	R\$ 3,42
Transferências Institucionais (1998)		
FPM	R\$ 2.428.798,00	R\$ 2.428.798,00
ITR	R\$ 5.299,00	R\$ 6.738,00
FUNDEF	R\$ 1.063.981,00	R\$ 1.649.535,00
População em 1996		
Urbana	17.794 (68,5%)	8.328 (34,9%)
Rural	8.169 (31,5%)	15.531 (65,1%)
% de alfabetizados em 1991 (relativo à população com idade igual ou superior a cinco anos)	51,4%	45,6%
% de domicílios sem água encanada	22,5%	62,8%
% de domicílios sem esgotamento sanitário	13,2%	48,7%
% de domicílios cujo chefe não tem rendimento ou ganha menos que um salário mínimo	72,8%	79,9%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991. Resultado do universo relativo às características da população e aos domicílios. N. 17, Bahia. IBGE. Contagem populacional 1996. <http://www.fibge.gov.br>. IBGE. Censo Agropecuário 1995/96. <http://www.fibge.gov.br>. SEPLANTEC –SEI. [http://www.sei.ba.gov.br/info\\_basicas.asp](http://www.sei.ba.gov.br/info_basicas.asp). Ministério da Fazenda – <http://www.stn.fazenda.gov.br/Transferencias>. Retirado de DEMETER (2001).

O quadro acima indica que as cidades apresentavam as mesmas necessidades em

<sup>15</sup> Em Coaraci a FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social – participou ativamente da criação da Comissão Municipal Tripartite e do Comitê Municipal do PROGER.

<sup>16</sup> Em Uruçuca a FASE não atuou ativamente na criação da Comissão Municipal e do Comitê.

termos de geração de renda uma vez que no item, % de domicílios cujo chefe não tem rendimento ou ganha menos que um salário mínimo, há proximidade entre os dados de Coaraci e Uruçuca. A discrepância nos dados ocorreu naquilo que se refere a qualidade de vida, como domicílios não atendidos por tratamento de esgoto e % de população alfabetizada.

Um aspecto a destacar é a classificação destas cidades em termos de desenvolvimento econômico (IDE), Uruçuca ocupa o 93<sup>a</sup> na classificação em relação ao Estado da Bahia <sup>17</sup> enquanto Coaraci ocupa a 109<sup>a</sup> colocação. Já no que se refere ao Desenvolvimento Social (IDS) Coaraci ocupa a 78<sup>a</sup> posição entre os municípios baianos, ao mesmo tempo em que Uruçuca ocupa a 224<sup>a</sup> posição. Pode-se considerar que a cidade de Uruçuca está mais em conformidade com a ‘modernização conservadora’, por apresentar um maior desenvolvimento econômico aliado a um pior desenvolvimento social, indicando que os benefícios do desenvolvimento econômico foram apropriados por alguns poucos grupos sociais não tendo sido generalizados para a população.

Pode-se dizer que uma das causas que levou Uruçuca a uma pior posição em termos sociais é o fato desta possuir grande número de habitantes sobrevivendo na zona rural onde há deficiências acentuadas no que se refere a serviços essenciais como abastecimento de água potável, saneamento, coleta de lixo, eletrificação, educação, transporte e assistência à saúde. Esta posição sócio-econômica é um indicativo de uma das possíveis razões pelas quais a cidade de Uruçuca apresentou baixa mobilização para demandar os recursos do Programa de Geração de Emprego. A análise acima será relevante para o entendimento da tabela abaixo:

Demonstrativo das Operações do PROGER em Coaraci e em Uruçuca nos anos de 1997, 98 e 99<sup>18</sup>.

ANO	MUNICÍPIO	PROGER URBANO		PROGER RURAL		PRONAF		TOTAL	
		N.º APLIC.	R\$ APLIC.	N.º APLIC.	R\$ APLIC.	N.º APLIC.	R\$ APLIC.	N.º APLIC.	R\$ APLIC.
1997	Coaraci	52	256.880,90	1	8.466,00	37	43.912,00	90	309.258,90
	Uruçuca	1	9.739,00	1	27.789,00	0	-	2	37.528,00
	<b>TOTAL</b>	<b>53</b>	<b>266.619,90</b>	<b>2</b>	<b>36.255,00</b>	<b>37</b>	<b>43.912,00</b>	<b>92</b>	<b>346.786,90</b>
1998	Coaraci	26	57.858,00	-	-	-	-	26	57.848,00
	Uruçuca	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>57.858,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>26</b>	<b>57.848,00</b>
1999	Coaraci	15	32.931,95	-	-	4	31.880,00	19	64.811,95
	Uruçuca	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>32.931,95</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>31.880,00</b>	<b>19</b>	<b>64.811,95</b>

Fonte: Of. N.º 1563/DPROGER/CGEM/DES/SPPE/MTE de 16/06/00. \* FAT- Fundo de Amparo ao Trabalhador, é o fundo que financia o PROGER e PRONAF. Retirado de DEMETER (2001).

Observa-se na tabela, uma diferença superior a dez vezes na quantidade de recursos do PROGER aplicados em Coaraci em comparação a Uruçuca, para o ano de 1997. No ano de 1998 a diferença no total dos investimentos do PROGER entre as duas cidades foi de R\$ 57.848,00 em Coaraci, enquanto a cidade de Uruçuca não recebeu investimento nenhum por parte do programa. No ano de 1999 a cidade de Uruçuca persistiu sem receber investimento

<sup>17</sup> A classificação obedeceu à regra de classificar as cidades da região cacauzeira da Bahia em função do Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) e Índice de Desenvolvimento Social (IDS). A fonte dos dados: Deméter apud Bahia, Governo do Estado.

<sup>18</sup> Os dados presentes na tabela foram retirados da dissertação de mestrado do Paulo Roberto Deméter.



do PROGER, enquanto Coaraci recebeu R\$ 64.848,00. Há que se perguntar qual a razão desta discrepância tão acentuada na demanda por recursos do PROGER entre duas cidades aparentemente na mesma situação histórico-econômica. De acordo com DEMETER (2001) esta discrepância pode ser explicada pela constante participação da sociedade de Coaraci demandando recursos do PROGER, enquanto, a sociedade civil de Uruçuca apresentou-se indiferente ao programa, em termos de organização social. O autor relata em sua dissertação que as pessoas de Coaraci mantiveram-se unidas, discutindo formas para gerar emprego mesmo antes de se iniciar o PROGER na cidade. Enquanto Uruçuca mostrou-se desmobilizada mesmo quando o programa passou a vigorar.

Indica-se que a cidade de melhor qualificação social – Coaraci – obteve meios de desenvolver as reivindicações e a participação de atores sociais, o que contribuiu para que esta demandasse mais os recursos do PROGER em comparação a Uruçuca, cidade de melhor desenvolvimento econômico e pior desenvolvimento social. Coaraci foi um exemplo de uma sociedade civil atuante apresentando-se como *capital social* capaz de ampliar o efeito multiplicador dos investimentos públicos na geração de emprego e renda. Esta é mais uma demonstração que a Sociedade organizada deve estar presente, em apoio ao Estado, atuando em políticas públicas que visem reduzir o desemprego e a exclusão social, como foi afirmado por ALVES (1998) e GUIMARÃES (1998).

Conforme nos afirma DEMETER (apud BORDENAVE, 1986 e SPOSATI, 1997) é “o próprio estilo de desenvolvimento adotado pelas sociedades, em cada período histórico, que determina, ou não, a marginalização das pessoas”. Por isso, um estilo de desenvolvimento que torna monopólio estatal a solução de problemas como a reprodução ampliada da exclusão social. Ou, a adoção de modelos que deixam a cargo do Mercado a resolução de todos os problemas de uma sociedade, são exemplos de propostas que mais contribuem para a persistência da exclusão social. A observação da experiência diferenciada das duas cidades na demanda por recursos do PROGER indica que há algo que distingue uma cidade da outra. Mesmo ambas inserindo-se em um ‘estilo de desenvolvimento’ muito próximo, qual seja a monocultura do cacau viabilizada pela “Modernização Conservadora”.

Permitindo que se possa concordar com DOWBOR (1996, p. 24) acerca de sua afirmação sobre a demanda da sociedade na atualidade. Segundo o autor a mobilização social na atualidade permite a compreensão de que os atores sociais não requerem mais a presença de um Estado tão centralizador e pragmático como o adotado no Brasil, uma vez que a população local pode resolver parte dos problemas de suas comunidades. O exemplo acima apresentou a dificuldade do PROGER avançar na geração de renda em sociedades menos mobilizadas. O próximo sub-tópico analisa o caso do Projeto Palmas do Ceará.

## **2.2 - PROJETO PALMAS DO CEARÁ<sup>19</sup>**

O projeto Palmas foi uma iniciativa local de combate à pobreza promovida pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP). O Conjunto Palmeiras engloba uma favela que surgiu em 1973 com a chegada dos primeiros moradores, provenientes de despejos realizados na região litorânea da cidade de Fortaleza. Em 1981 foi fundada a ASMOCONP e iniciou-se a organização das famílias do bairro para fazer suas reivindicações. Através de mobilizações populares e parcerias a Associação de Moradores foi aos poucos urbanizando a favela. Em 1997 a ASMOCONP realizou um seminário de Planejamento Estratégico o qual identificou que boa parte da população do bairro Palmas começava a vender suas casas (para obter uma fonte de renda) e passava a morar em favelas

<sup>19</sup> Estudo realizado com o apoio de João Joaquim da FASE - Fortaleza que forneceu o relatório de atividades do Banco de Palmas referente a Julho/2000 a Dezembro/2001.



mais distantes. Constatou-se, então, a necessidade de uma alternativa para gerar renda localmente. A ASMOCONP passou a ter como prioridade, a partir deste momento, o combate à pobreza através da geração de emprego e renda.

De acordo com pesquisa realizada em 1997 pela ASMOCONP havia cerca de 5 mil famílias no bairro, em que *80% da população economicamente ativa estava desempregada*, existia muita dificuldade para os pequenos produtores atuarem devido aos óbices colocados pelas restrições de acesso ao crédito e para escoamento de seus produtos. No bairro habitavam aproximadamente 30 mil pessoas, e este se inseria na região mais pobre da cidade.

Em 1998 a ASMOCONP decidiu criar um Banco Popular de inclusão social, foi quando nasceu o *Banco de Palmas*. O intuito do banco era promover o Desenvolvimento Local Sustentável, baseado na oferta de microcrédito para a produção e o consumo local, a uma taxa de juros menor que a ofertada pelos bancos comerciais e estatais, sem exigência de consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador. A estratégia do Banco era em 3 anos atender 500 famílias através dos seguintes objetivos<sup>20</sup>:

- Impulsionar uma estratégia local de enfrentamento da pobreza, através de um instrumento econômico que aproveitasse e valorizasse as potencialidades do bairro, tendo a solidariedade como princípio;
- Reforçar e fomentar espaços de articulação e diálogo entre o governo local e sociedade civil, visando o fortalecimento das relações e o estabelecimento de políticas públicas;
- Desenvolver uma estrutura financeira de créditos para os mais pobres, principalmente as mulheres, como alternativa de superação da pobreza. (RELATÓRIO DO BANCO DE PALMAS, 2001, p.2).

A iniciativa apresentou-se como um meio de promoção da valorização e advento de uma outra lógica socioeconômica, considerando-se esta experiência que trouxe à comunidade do Conjunto Palmeiras uma inovação financeira em termos de micro-créditos. A economia solidária/socioeconomia<sup>21</sup> transubstanciou-se assim, em meio de inclusão social, de capacitação e fortalecimento da cidadania, de integração do bairro e sua comunidade.

Destacando que o Banco iniciou suas operações através de um empréstimo de R\$ 2.000,00 contraído junto a uma Organização Não-Governamental local - ONG CEARAH Periferia, e em 2002 sua carteira contava com R\$ 30.000,00 para realizar empréstimos. Não houve participação de recursos públicos no Banco e em seus empreendimentos sociais. A princípio o Banco de Palmas contou com apoio financeiro de uma ONG local e posteriormente contou com o apoio de ONGs internacionais para ampliar sua carteira de empréstimos.

O desafio proposto era “criar um sistema financeiro voltado para quem está no limite entre a vida e a barbárie” (RELATORIO DO BANCO DE PALMAS, 2001 p.3). A idéia de criação do Banco partiu do entendimento de que o acesso ao crédito é cada vez mais um veículo de promoção da ampliação da ‘apartação social’ neste país. Foram criados instrumentos “financeiros” alternativos como o cartão PALMACARD - cartão para crédito popular para as pessoas residentes no bairro adquirirem produtos produzidos no próprio bairro - o que contribuiu para internalizar a renda e dinamizar setores econômicos no interior da comunidade - o cartão de crédito popular é um dos meios de promoção do questionamento do sistema de crédito atual, via micro-finanças solidárias.

De acordo com BÜRIGO (2001) o PALMACARD é um sistema de crédito gerenciado comunitariamente. O sistema de micro-finanças solidárias é partícipe da noção de moeda social, aquela em que “são incorporados elementos de natureza social da criação de relações econômicas de bases solidárias” (ibidem, p. 9). Nestes termos a moeda torna-se social por se transubstanciar em unidade de medida ou unidade de troca, por não possuir atributos de reserva de valor, pois, no geral a moeda social traz mecanismos de perda de valor durante o

<sup>20</sup> Informações retiradas do relatório de atividades do Banco de Palmas referente ao ano de 2001.

<sup>21</sup> O micro-crédito transubstancia-se em meio de criar as condições para o desenvolvimento da socioeconomia solidária.

tempo o que leva a que esta tenha uma circulação mais rápida e não haja razões para ocorrer entesouramento.

Importante salientar que as pessoas que foram/ainda são alijadas do mercado de trabalho estão excluídas também dos sistemas convencionais de crédito (sistema financeiro), uma vez que não apresentam renda para saldar as despesas financeiras de um possível empréstimo para inversão em pequenos empreendimentos, o que as deixa em uma situação social ainda pior. Como afirma GUIMARÃES (1998, p.63) “os pobres não são convidados a participar do sistema financeiro, não têm dinheiro para abrir uma conta por falta de limite mínimo, não têm como fazer aplicações, não têm garantia para obter crédito”, e por estes motivos todos, os empreendimentos associativos que são demandados pelas classes mais carentes da sociedade não obtém crédito do sistema financeiro. Esta é uma das razões que justificam a demanda pela ação estatal, já que o Estado possui meios para financiar este tipo de empréstimo (microcrédito), além de ter meios de alterar o direcionamento macroeconômico que norteia os horizontes do cálculo capitalista.

Com as atividades de microcrédito desenvolvidas pelo Banco a economia do bairro passou a ser dinamizada e iniciou-se a geração de excedente (na economia solidária o lucro é chamado de excedente), este excedente passou a ser investido em novos empreendimentos solidários, de forma que após três de criação o Banco apresentava o seguinte quadro de funcionamento:

Atendimentos realizados no período de julho de 2000 a dezembro de 2001.

<b>PRODUTOS</b>	<b>FUNCIONAMENTO</b>	<b>FAMÍLIAS BENEFICIADAS</b>
Microcrédito para produção, comércio ou serviço.	Microcréditos cedidos para pessoas que não tem meios para acessar fontes de financiamento oficiais.	420
PalmaCard	Microcrédito para consumo, é o cartão de crédito do Banco Palmas, válido para compras no interior do bairro. Cada cartão tem o valor inicial de R\$ 20,00, podendo chegar a um máximo de R\$ 100,00. A família não paga nenhuma taxa para ter o cartão.	520
Microcrédito para Mulheres	Financiamento de mulheres Empreendedoras no interior do bairro, principalmente, àquelas que se encontram em situação de risco pessoal e social.	120
PalmaCasa	Linha de crédito para pequenas reformas nas moradias, melhorando as condições de produção.	65
<b>Total de ações no período</b>		<b>1125</b>

Fonte: Relatório de Atividades do Banco de Palmas, referente ao período de julho de 2000 a dezembro de 2001.

Pode-se constatar que o Banco de Palmas estava atuando acima da meta proposta para os três anos, já que em dezembro de 2001, o Banco beneficiava 1125 famílias do bairro, estando portanto 44% acima da meta de atendimento (500 famílias) proposta em 1998, quando houve a criação do banco. Além destas atividades acima elencadas, o Banco Palmas patrocina um Clube de Trocas Solidárias<sup>22</sup> com moeda Social. O serviço oferecido pelo clube

<sup>22</sup> Segundo Singer (1999) clube de trocas “é uma associação de pessoas desempregadas ou subempregadas que têm potencial produtivo desaproveitado por falta de demanda e necessidades insatisfeitas por falta de dinheiro.”

é voltado para os prossumidores (produtores e consumidores) locais, dando condições para a existência de trocas de produtos através da moeda social criada, o *Palmares*. O que define “o valor dos Palmares é a hora trabalhada e os insumos necessários para fabricação de determinadas mercadorias” (RELATORIO DO BANCO DE PALMAS, 2001 p.7).

Parte-se do entendimento de que estas alternativas como os bancos populares e os clubes de trocas têm condições para promover uma transformação no padrão de consumo atual (Búrigo, 2001 p.12). Ao internalizar a renda no bairro o esquema de microcrédito do Banco de Palmas acabou por incentivar a produção de bens essenciais à sobrevivência daquela população. O que já distoa do consumismo da sociedade atual restrito a poucos grupos da sociedade.

Conforme dados fornecidos pela FASE-CE o Banco de Palmas beneficia diretamente 1200 pessoas e indiretamente cerca de 5.000 pessoas, o que corresponde a aproximadamente 24% do total de moradores do bairro. Segundo dados apresentados no RELATORIO DO BANCO DE PALMAS as ações do Banco resultaram em:

- 150 famílias em situação de risco tiveram suas necessidades básicas – emergenciais – satisfeitas a partir da utilização do Palmacard;
- A venda no comércio local aumentou em 20% (dados dos comerciantes do bairro);
- 80 empreendedores conseguiram ampliar ou manter seus negócios através do acesso a microcrédito concedidos pelo Palmas;
- Concretização de um espaço de ação conjunta entre Universidade, sindicatos e poder públicos na periferia de Fortaleza, garantindo o acesso dos mais pobres aos seus saberes e serviços.

A atuação do Banco não ficou restrita ao microcrédito. Dentre as atividades promovidas pelo banco estão: Balcão de Empregos e Trocas de Serviços, Clube de trocas com Moeda Social, a Loja Solidária e a Feira do Banco de Palmas, e, Incubadora Feminina. Ressalvando que não há apoio substancial por parte do Estado para o funcionamento dos projetos desenvolvidos pelo Banco, de acordo com informação do Sr. João Joaquim (FASE, Fortaleza), o SINE - Sistema Nacional de Emprego - auxilia o projeto fornecendo apenas uma linha telefônica e um estagiário para auxiliar no balcão de empregos, que é uma das frentes de atuação do projeto Palmas.

Fica-nos o questionamento se este empreendimento socioeconômico solidário fosse apoiado pelas políticas públicas para gerar emprego e renda como o PROGER ou mesmo o SINE (que apresenta uma participação tímida no projeto), quão maiores poderiam ser os impactos sociais do projeto. Este questionamento já foi levantado por ALVES (1998) quando estudava a integração entre as ONGs e o Estado no processo de geração de emprego. No Ceará ocorre o inverso do que foi assistido na Bahia, onde o PROGER, o qual é um projeto do governo para gerar emprego e renda, obteve um desempenho maior graças à ação da sociedade civil. Em Palmas/CE a sociedade civil está atuando e demandando o apoio das políticas públicas para geração de emprego e renda na ampliação dos empreendimentos socioeconômicos solidários para populações marginalizadas.

### **3. ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA POSSIBILIDADE PARA GERAR EMPREGO E RENDA?**

Apesar de ainda não existir no Brasil uma base de dados para mensurar os empreendimentos socioeconômicos solidários, autores como Paul Singer<sup>23</sup> afirmam que o crescimento de cooperativas e outros empreendimentos são um indício de que a socioeconomia apresenta-se como uma possibilidade para gerar emprego e renda. Também conforme nos coloca SOUZA (2000, p. 247) a população reage ao desemprego por meio da ajuda mútua, e esta é a tônica que têm deixado a economia solidária em proeminência nas

<sup>23</sup> Afirmação recebida por E-mail (em 2002), quando o professor respondeu a um questionamento feito.

discussões sobre projetos de geração de emprego e renda. Este movimento da população marginalizada evidencia que há aspiração na sociedade por políticas públicas mais plurais, que envolvam a participação da sociedade civil e que se estabeleçam sobre princípios como os da solidariedade.

Entretanto, há um desafio que permeia a discussão da solidariedade como meio de se alcançar à distribuição da renda e o desenvolvimento social, qual seja, o de não isentar o Estado de suas funções precípuas de se apresentar como um *locus* onde se condensam as contradições sociais de uma comunidade. Além disso, é importante destacar que a economia solidária é um ente participante de estratégias de desenvolvimento local, e sendo assim não se pode asseverar que uma política de cunho local tenha condições para alterar as políticas macroeconômicas adotadas em um país, mesmo que tais políticas locais tenham condições de alterar a vida das pessoas (SOUZA, 2000). Neste sentido o papel do Estado aparece com mais relevância uma vez que este tem condições de intervir no desenvolvimento da economia local ao mesmo tempo em que possui meios de direcionar as políticas macroeconômicas.

Um outro aspecto importante da economia solidária é que ela se situa em um contexto determinado: a *informalidade urbana capitalista*. Tanto seu surgimento como sua existência situa-se neste contexto, o qual por sua vez vem se ampliando paulatinamente graças à crise de emprego vivida na sociedade brasileira. Este aspecto ressalta também uma outra questão que envolve a economia solidária, qual seja, a efemeridade da fronteira entre precarização do trabalho e organização alternativa do trabalho, o que coloca muitas vezes a economia solidária neste limite. Mas, mesmo analisando esta posição assumida pela proposta solidária podemos considerar que os empreendimentos solidários apresentam-se no mínimo como uma possibilidade para diminuir a exclusão social. Estes empreendimentos têm condições para interferir no funcionamento da estrutura de consumo de um determinado local (cidade, bairro, região) estimulando o consumo de bens essenciais à sobrevivência da população carente além de poder interferir no padrão de produção ao alterar a estrutura de funcionamento da sociedade partindo do âmbito da competição/individualismo para o da cooperação/solidariedade.

Outra questão que coloca a economia solidária em uma posição frágil no que se refere à geração de emprego e renda é o fato de os empreendimentos solidários atuarem em sua maioria em mercados marginais, o que os coloca preso a uma ‘armadilha’, a de permanecer em um ciclo vicioso de uma economia feita de pobre para pobre (SOUZA, 2000), o que pode representar um limite para o crescimento dos empreendimentos solidários. Na maioria das vezes os empreendimentos solidários estão circunscritos a setores produtivos de menor produtividade e mais próximos a setores tradicionais. Entretanto, este é um problema que pode ser superado caso haja uma intervenção estatal nos projetos solidários que faculte a ampliação da produtividade e a adoção de tecnologias mais avançadas nos processos produtivos. A intervenção estatal seria essencial para suprir a carência de capital que os empreendimentos solidários vivem.

Mesmo com tantos percalços para seu desenvolvimento, a economia solidária pode ser apresentada como uma alternativa para gerar emprego e renda. Conforme SOUZA (2000, p. 257) “esses empreendimentos parecem estar de alguma forma respondendo mais ao problema do desemprego crônico em um mercado de trabalho desestruturado do que uma situação de desemprego circunstancial”. O que nos deixa a noção da importância da discussão sobre economia solidária como uma possibilidade para se gerar emprego e renda é o fato de se ter constatado que ela busca inserir socialmente pessoas marginalizadas, tanto pelo mercado de trabalho como por diferenças culturais, físicas e até morais tais como pessoas com deficiência mental, ex-moradores de rua, ex-prostitutas, deficientes físicos, entre outros. Ao mesmo tempo em que traz uma alteração nos processos de produção e consumo.

O questionamento que permanece é como criar mecanismos para formalizar o grande contingente de pessoas que estão trabalhando e gerando renda no setor informal da economia, e, como criar meios de separar claramente o limite entre economia solidária e informalidade. Acreditamos que uma política pública para gerar emprego e renda direcionada para empreendimentos alternativos e criativos, como a experiência de Palmas no Ceará, poderá ser um meio eficaz de formalizar o mercado informal urbano. Ressaltando mais uma vez a essencialidade da presença de um Estado ativo, no direcionamento da busca por gerar emprego e renda diminuir a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar que a Economia Solidária apresenta-se como uma proposta factível para incluir socialmente pessoas marginalizadas. Ainda que esta tenha seus problemas, como por exemplo, o fato de geralmente envolver setores da economia mais relacionados a um padrão de desenvolvimento tradicional. Entretanto, defende-se que para viabilizar esta prática há que se ter a presença de um Estado ativo que apresente condições de fazer face às necessidades de capital dos empreendimentos solidários. No presente, quando se vê uma perda nas condições para o Estado realizar políticas de legitimação do sistema – políticas sociais – em um momento de grave crise social e econômica, vemos ampliar o número de pessoas excluídas e marginalizadas, além da ampliação da violência. A volta de um Estado ativo e planejador faz-se necessária e urgente, mas esta volta deve considerar a exigência da sociedade atual, qual seja, uma maior participação da sociedade civil organizada no direcionamento das políticas públicas.

Os projetos solidários longe de desocupar o Estado de exercer estas atividades ampliam a demanda social. Um exemplo que pode ser explicitado através do estudo do caso PROGER em Uruçuca e Coaraci/BA, quando se pôde assistir a um maior direcionamento de recursos estatais para a cidade de maior envolvimento social com a questão de geração de emprego e renda. Neste estudo pode-se perceber um grande diferencial entre os recursos do PROGER aplicados em Coaraci em comparação à Uruçuca. A tabela apresentada permitiu analisar que durante os anos de 1997 e 1998 Uruçuca não recebeu nenhum recurso proveniente do PROGER, enquanto Coaraci recebeu respectivamente R\$ 57.858,00 e R\$ 32.931,95. Os dados permitiram afirmar que as razões para esta discrepância são decorrentes da maior mobilização social em Coaraci nas discussões e proposições de possibilidades para gerar renda.

Outro exemplo de demanda social para o Estado foi o Projeto Palmas do Ceará, o qual sem possuir praticamente apoio nenhum por parte do governo conseguiu gerar renda para aproximadamente 24% da população residente no bairro Palmeiras. De acordo com dados do relatório de Projeto, esta porcentagem corresponde à 7.200 pessoas beneficiadas pelos projetos desenvolvidos pelo banco de Palmas. Trata-se de uma experiência inovadora, que contou com apoio de uma ONG local para se iniciar, mas, mesmo sendo incipiente conseguiu gerar efeitos sobre a renda do bairro Palmeiras. O projeto Palmas demanda apoio estatal, e, pode ser um *locus* para estudo e criação de projetos semelhantes em outras regiões carentes do país.

O projeto Palmas do Ceará apresenta-se como um movimento oposto ao assistido na Bahia, já que lá a sociedade civil organizada criou programas para gerar renda localmente. Ou seja, no Ceará existe demanda por recursos estatais para gerar emprego, enquanto na Bahia o PROGER teve maior desenvolvimento na cidade de mais participativa. Enfim, ambas ações indicam a importância da participação da sociedade civil na geração de emprego e renda. A experiência de Palmas permite dizer que o Estado em seu formato centralizador tem deixado



passar despercebidos projetos desenvolvidos pela sociedade civil no âmbito da geração de renda, o que tem facultado a existência de ineficiência das políticas públicas para gerar emprego. Palmas no Ceará é um caso que demanda a ação estatal não apenas para apoiar financeiramente o projeto, mas e principalmente, para incorporar nas políticas estatais a criatividade presente na sociedade civil.

Entretanto, a economia solidária encontra-se presa a uma ‘armadilha’ - criação de um ciclo vicioso nos empreendimentos solidários em que se viceje uma economia feita “de pobres para pobres”, com poucas condições de obter avanços sociais – a qual para ser rompida requer uma maior participação estatal nos empreendimentos solidários. Mas, para se conseguir um maior efeito das ações estatais é importante a presença de atores sociais que demandem e apoiem o Estado na prática das políticas públicas. Ao mesmo tempo em que as políticas públicas para gerar emprego e renda devem considerar as peculiaridades de cada região, tentando responder às reais necessidades das comunidades.

Um Estado mais ativo e participativo são exigências dos empreendimentos solidários. Além de políticas macroeconômicas que priorizem os investimentos sociais e o desenvolvimento das forças produtivas. Pensando em um Estado nestes termos, pode-se dizer que a proposta solidária é algo factível para gerar emprego e renda. Salientando que os empreendimentos solidários podem facultar a alteração no padrão de consumo, visto que, fomentam o consumo de bens produzidos nos locais em que estes são postos em prática. Além de contribuir para a criação e institucionalização de um outro projeto de desenvolvimento baseado em valores como cooperação, justiça social, igualdade de resultados e democracia verdadeiramente participativa.

Para alterar a desestruturação no mercado de trabalho brasileiro precisamos de crescimento econômico sustentado e de alteração nas estruturas de posse e distribuição de ativos na economia. Para tal, há que se construir mecanismos de participação que facultem à maioria da população marginalizada demandar políticas públicas redistributivas. Em suma, podemos concordar com GOMES & MANCINI (2002) que a economia solidária deve ser um referencial para as políticas públicas de geração de trabalho e renda no Brasil, por se basear em pequenos empreendimentos que inserem socialmente populações alijadas do mercado formal de trabalho.

## BIBLIOGRAFIA

**ALVES, Arlete Maria da Silva.** *Integração entre as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Estado no Processo de Geração de Emprego e Renda.* In: Anais do III Encontro Nacional de Economia Política, v. 2, Rio de Janeiro, 09-12/06/1998.

**ALVES, Arlete Maria da Silva & SOUZA, Luciana Rosa de.** *Desenvolvimento Local como Alternativa em um Contexto de Globalização.* In: Anais do IV Encontro Internacional de Economistas sobre Globalización y Problemas del Desarrollo. Cuba, 11 -15/02/2002.

\_\_\_\_\_. *Sociedade Civil: um Espaço para Gestão dos Recursos Hídricos e Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável.* In: Anais do XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Passo Fundo, 28 - 31/07/2002.

**BÚRIGO, Fábio Luiz.** *Moeda Social e a Circulação das Riquezas na Economia Solidária.* Available: Internet site: <http://www.redesolidaria.com.br/>, data de 26/02/2002.

**COUTROT, Thomas.** *Dependência e Informalidade – Antigas e Recentes Controvérsias.* In: Novos Estudos, n. 29, mar./1991, pp. 156-171.

**DEBACCO, Eduardo Scotti & TAUILLE, José Ricardo.** *Ver referências.* VII SEP

**DEMETER, Paulo Roberto.** *Participação Popular e Sustentabilidade em Políticas Públicas*





- de Geração de Emprego e Renda: o Caso PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda. Available from internet: [faseba@nuxnet.com.br](mailto:faseba@nuxnet.com.br), Ilhéus, 2001.
- DOWBOR, Ladislau.** *Governabilidade e Descentralização.* In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 10, n. 3, 1996, pp. 21-31.
- DURÃO, Jorge Eduardo Saavedra.** *Rumo a uma Nova Agenda de Construção de Sociedades Solidárias, Sustentáveis e Democráticas.* Available from Internet site: <http://www.rits.org.br/acervo-d/Rumo%20a>. Acesso: 15/03/2002.
- \_\_\_\_\_. *Meio Ambiente e Cooperação Internacional.* In: Revista Proposta, Rio de Janeiro, n. 53, maio/1992, pp. 10-17.
- FRANCO, Augusto de.** *Uma Agenda Social para a Transição para um Novo Padrão de Desenvolvimento Sustentável, no Brasil.* ÁGORA - Associação para Projetos de Combate à Fome, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Por que Precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.* In: Século XXI - Uma Revista de Futuro - Instituto de Política, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Capital Social.* Available: Internet. Edição Eletrônica, Instituto de Políticas Millennium, 2001.
- GOMES, Rosemary & MANCE, Euclides André.** *Construindo a Socioeconomia Popular e Solidária no Brasil.* In: Revista Proposta, n. 93/94, jun./nov. 2002, pp. 14-17.
- GONZÁLEZ, Román Rodrigues.** *La Escala del Desarrollo: Definición y Aspectos Teóricos.* In: Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, n. 1 nov./1998, pp. 5-15.
- GUIMARÃES, Ivan Gonçalves Ribeiro.** *Políticas Públicas e o Emprego: Tendências Internacionais e Experiência Brasileira.* In: Economia & Trabalho – textos básicos. OLIVEIRA, Marco Antônio de (org.). Campinas, 1998, pp. 253-277.
- LEITE, Márcia Pereira.** *Crise da Cidadania: em Foco um dos Cenários das ONGs.* In: Revista Proposta, Rio de Janeiro, n. 81, Junho/Agosto 1999, pp. 6-12.
- MAGALHÃES, Reginaldo Sales & TODESCHINI, Remígio.** *Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o Projeto da CUT.* In: Economia Solidária no Brasil – Autogestão como Resposta ao Desemprego. SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de - orgs. São Paulo, 2000, Editora Contexto, pp.135 -160.
- MELLO, João Manuel Cardoso de.** *Consequências do Neoliberalismo.* In: Revista Economia & Sociedade, Campinas, n.1, agosto de 1992, pp.59-69.
- NAKANO, Marilena.** *Anteag: Autogestão como Marca.* In: Economia Solidária no Brasil - Autogestão como Resposta ao Desemprego. SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de - orgs. São Paulo, 2000, Editora Contexto, pp.65-80.
- ODA, Nilso Tadashi.** *Sindicato e Cooperativismo: os Metalúrgicos do ABC e a Unisol Cooperativas.* In: Economia Solidária no Brasil - Autogestão como Resposta ao Desemprego. SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de - orgs. São Paulo, 2000, Editora Contexto, pp. 93 - 110.
- POCHMAN, Márcio.** *O Problema Recente do Emprego no Capitalismo Contemporâneo.* In: Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia, 1999.
- PRADO, Luis Carlos Delorme.** *Teoria do Desenvolvimento Econômico e Padrões Históricos de Industrialização: uma Perspectiva Neo-desenvolvimentista.* In: Encontro Nacional de Economia, Belo Horizonte, dez./1993. pp. 439-459.
- RESISTIR E CONSTRUIR.** *II ° Encontro Internacional sobre Globalização da Solidariedade.* Quebec, out./2001.
- SINGER, Paul.** *Clubes de Trueques y Economia Solidaria Trueque.* Buenos Aires, Nodo Obelisco – Red Global de Trueque, n.3 ano 2, 1999. Available from Internet: <http://www.redesolidaria.com.br>, data 26/02/2002.
- \_\_\_\_\_. *Economia Solidária: um Modo de Produção e Distribuição.* In: Economia



- Solidária no Brasil - Autogestão como Resposta ao Desemprego. **SINGER**, Paul & **SOUZA**, André Ricardo de - orgs. São Paulo, 2000, Editora Contexto, pp. 11-30.
- \_\_\_\_\_. *Economia Solidária: Possibilidades e Desafios*. In: Revista Proposta, Rio de Janeiro, n. 88/89, Mar./Ago. 2001, pp. 44-58.
- SOUZA, André Ricardo de**. *Os Empreendimentos Comunitários de São Paulo*. In: Economia Solidária no Brasil - Autogestão como Resposta ao Desemprego. **SINGER**, Paul & **SOUZA**, André Ricardo de - orgs. São Paulo, 2000, Editora Contexto, pp.245-266.
- \_\_\_\_\_. *Um Instantâneo da Economia Solidária no Brasil*. In: Economia Solidária no Brasil - Autogestão como Resposta ao Desemprego. **SINGER**, Paul & **SOUZA**, André Ricardo de - orgs. São Paulo, 2000, Editora Contexto, pp.7-10.
- TAVARES, Maria da Conceição**. *A Economia Política do Real*. In: O Brasil Pós-Real – a Política Econômica em Debate. Mercadente, Aloísio (org.). Unicamp, 1998. pp.